

DO SUBÚRBIO A PASSARELA: AS DISPUTAS PELO ESPAÇO PÚBLICO DA FESTA DE MOMO NO RECIFE (1950-1960)

FROM THE SUBURB TO THE CATWALK: THE DISPUTES FOR THE PUBLIC SPACE OF MOMO PARTY IN RECIFE (1950 – 1960)

Rosana Maria dos SANTOS*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar e problematizar a importância dos subúrbios do Recife para a consolidação do reinado de Momo, nas décadas de 1950 - 1960. Nessa época, organizar o reinado de Momo tornou-se uma prioridade política, pois os administradores julgavam necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que há décadas era destaque nos periódicos da cidade: salvar o Carnaval do Recife da “decadência”. Logo após o fim dos festejos momescos de 1955, a Prefeitura da cidade, através do projeto de lei de autoria do Vereador Antônio Batista de Sousa, tenta tomar para si a organização da festa. Segundo alguns periódicos, a medida surge na tentativa de “salvar o reinado de Momo”, que segundo os mesmos, estava “morrendo aos poucos. Nesta pesquisa analisamos as disputas políticas, sociais e geográficas do Carnaval do Recife.

Palavras – Chave: Subúrbios; Carnaval; Recife.

Abstract: This paper aims to analyze and problematize the importance of the suburbs in Recife to consolidate the reign of Momo in the 1950s - 1960s. At that time, organizing Momo's reign became a political priority; since the administrators judged it was necessary to create public policies that could solve an issue that had been for decades highlighted in the city's periodicals: saving the Carnival of Recife from "decadence". Shortly after the end Momo party in 1955, the City Hall, through the bill authored by the Councilor Alderman Antônio Batista de Sousa, tries to take to itself the organization of the party. According to some periodicals, the measure appears in the attempt to "save Momo's reign", which according to the same ones, it was "dying slowly". In this research, we analyze the political, social and geographical disputes of the Carnival in Recife.

Keywords: Suburbs; Carnival; Recife

O Carnaval do Recife

Nos últimos anos as pesquisas em periódicos se tornaram comuns e relevantes em virtude da infinidade de publicações que ajudam os historiadores na construção do saber historiográfico. Assim, os jornais Folha da Manhã, Diário da Noite, Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Correio do Povo tiveram um papel fundamental nesta pesquisa. Os periódicos nos permitiram adentrar no cotidiano das agremiações, das ruas antes e durante o Carnaval, porém com muita cautela, pois os discursos que circulam sobre eles carregavam uma ideologia política, partidária e interesses particulares.¹

As utilizações de imagens também deram sentido a esse artigo, não só como uma forma de comprovar ou acrescentar informações e observações sobre o cotidiano da cidade e a folia de Momo.² Pois entendemos que a “fotografia é fonte documental,

* Mestra em História Social da Cultura Regional – Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: rosanamaria.history@gmail.com

reconhecemos nela uma capacidade construtiva das categorias, estruturas e práticas sociais” (LIMA, 2011,p.44).

Estudar a festa de Momo no Recife sobre uma ótica de um Carnaval “símbolo de identidade cultural” é perigoso, pois é necessário estudar os fatos atípicos e as “normas surdas”, ou seja, sujeitos que faziam da festa o espaço para a subversão (THOMPSON, 2001). A festa que ganhava as ruas incomodava, assustava pelo crescimento rápido, e se fazia presente e atuante nos diferentes espaços sociais das cidades brasileiras, como uma rede transparente que reveste toda a cidade, interligando os pontos de animação, principalmente na capital pernambucana.

Rita de Cássia Barbosa de Araújo (1996), ao analisar as manifestações originadas no Carnaval do Recife, afirma que elas nasceram entre as camadas populares urbanas. A festa passou a ser vista como símbolo de identidade cultural para os recifenses. Nesse contexto, ela representava a síntese dos elementos étnicos formadores do tipo brasileiro: o índio, o negro e o branco. Uma das teses defendidas pela autora é que o chamado “mostro popular” ano a ano estava conquistando as ruas no final do século XIX e início do século XX. O reinado de Momo da elite era vulnerável às oscilações econômicas, e isso foi um dos motivos que fez crescer na cidade do Recife o Carnaval popular. O povo se utilizava de várias estratégias para consolidar o seu espaço e principalmente para “salvar” o Carnaval, tendo em vista que já no século XX os periódicos anunciavam: *O Carnaval declina a olhos vistos*. “Degrada-se. Desmoraliza-se”. (ARAÚJO, 1996, p. 298).

[...] a população regia enérgica e ativamente, sobretudo o mundo dos Carnavalescos, que chegava a reunir clubes das mais diversas categorias para pressionar e exigir que os comerciantes dessem também a sua quota na festa que era pública e de todos, e da qual eles tanto se beneficiavam. (ARAÚJO, 1996, p. 299).

Na segunda metade do século XIX, os grandes centros urbanos viviam o apogeu dos bailes, ao mesmo tempo em que surgiam grupos de mascarados, formados pela mesma elite que frequentava os bailes e que começaram a tomar conta das ruas. O surgimento desses grupos posteriormente fomenta o aparecimento dos clubes pedestres, que eram formados pela classe trabalhadora da cidade do Recife. A rua passou a ser disputada: de um lado os grupos de mascarados que andavam pelas ruas com seus luxuosos carros alegóricos, formados pela alta sociedade recifense; do outro estavam os clubes pedestres formados pela classe trabalhadora, conhecidos como “monstro popular” que ameaça invadir as ruas e apropriar-se da cidade.

A invasão da rua pelo povo, pelo mísero habitante dos mangues e das marés, era vista com apreensão pelos membros das camadas dominantes. Intimidava-

os, amedrontava-os e levava-os a abandonarem os espaços públicos ou a refugiarem-se no interior dos carros e automóveis, divertindo-se no corso, entre famílias. Até aquele momento, a elite praticamente ignorava a existência daquela gente que mourejava de sol a sol, que pegava no pesado e que fazia o serviço a que o branco e rico não se submetiam. A imagem que se vislumbrava ao ver passar aquela multidão ensandecida, recém-saída dos mocambos e da lama, dos formos e das padarias, dos fundos das oficinas, das mesas da tipografia, dos galpões insalubres das fábricas e detrás dos balcões das lojas e boticas, era a de um verdadeiro monstro popular (ARAÚJO, 1996, p.302).

No início do século XX o tratamento da imprensa e da polícia com relação aos folguedos começou a mudar. A imprensa, que antes se utilizava de um tom sarcástico ao se referir aos folguedos, apresenta um discurso mais conciliador. Os jornais, com frequência colocavam em suas colunas diárias propostas de modificação para melhor ajustá-los ao modelo “civilizador”. Em 1910, pela primeira vez os elementos das camadas pobres das agremiações foram retratados no *Jornal Pequeno*. Enquanto isso, a elite tentava a todo custo fazer um Carnaval de rua excludente, procurando afastar-se da classe popular, mas o chamado “Zé povinho” ganhou as ruas e saiu vitorioso.

A polícia, o principal órgão público mais próximo dos populares, passou da repressão à guardiã das agremiações carnavalescas que colaborassem. Essa mudança de atitude tinha um caráter político, uma vez que no século XX, o movimento operário, as greves, comícios e agitações políticas ganhavam força entre as camadas populares. Desse modo, as agremiações carnavalescas passam a ser um dos canais mais eficazes para aproximar os políticos do povo (ARAÚJO, 1996).

A conquista das ruas pelo povo fez crescer os Carnavais de sangue. Os anos de 1930 são marcados por uma forte competitividade e conflitos entre os clubes carnavalescos. E essa onda de violência tornou-se uma preocupação não só das autoridades políticas, mas também dos empresários da época. A insegurança durante os dias de Momo era tão grande que havia agremiações que ao saírem para as ruas solicitavam antes a proteção policial. Segundo Roberto Damatta: “Na rua, então, o mundo tende a ser visto como um universo hobbesiano, onde todos tendem a estar em luta contra todos, até que uma forma de hierarquização possa surgir e promover alguma ordem” (DAMATTA, 1997).

Desse modo, diante da insegurança durante os dias de festa, na década de 1930 foi criada a Federação Carnavalesca Pernambucana.³ De acordo com o Anuário do Carnaval pernambucano, os argumentos que justificavam a sua criação eram que a “alta sociedade” pernambucana estava interessada no progresso do Estado, e que se fazia necessário tornar o Recife uma cidade do turismo, do Carnaval e da ordem (ANUÁRIO, 1938).

Na década de cinquenta, o Recife é marcado pela definição da forma urbana do Recife atual. As modificações ocorreram, sobretudo, nos bairros de Santo Antônio e São José. Áreas vizinhas, ao norte, foram ocupadas, tornando-se uma mancha contínua e compacta, abrangendo os bairros do Recife tais como: Boa Vista, Encruzilhada, Beberibe, Casa Amarela e o Poço. Houve também uma ocupação das áreas vazias da cidade, com o espraiamento da mancha urbana em quase toda a extensão territorial da cidade, incluindo a formação de outros bairros (PONTUAL, 2001). Como nos explica a historiadora Virgínia Pontual,

A cidade do Recife, nos anos 50, era diferenciada e segregada. Havia lugares onde se localizavam os estabelecimentos das empresas comerciais, bancárias e industriais; os das habitações dos segmentos sociais médios e altos; e os de favela e mocambos. Assim as composições tridimensionais, proporcionadas pelas edificações antigas ou novas, singelas ou imponentes, foram acoplando-se, criando lugares diferenciados não só pela arquitetura, como também pela função que exerciam-no complexo cotidiano e pelo modo de apropriação por uma população socialmente desigual (PONTUAL, 2001, p.54).

Segundo a historiadora Sylvia Couceiro, a modernização implementada nas primeiras décadas do século XX, alterou não apenas a aparência física da cidade, mas também provocou intensas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes. As novas regras e normas de convívio impostas por grupos pertencentes às elites implicavam no controle e na repressão de uma série de manifestações e práticas tradicionais, principalmente as que estavam ligadas às camadas populares. No entanto, padrões geraram momentos de conflitos e tensões, mas igualmente abriram possibilidades de trocas, apropriações e adaptações culturais entre os desiguais. Couceiro ainda corrobora com a ideia de que as elites “brigavam” para dominar os espaços públicos, sobretudo as ruas, porém não conseguem controlar definitivamente esses lugares nem afastar os populares dela (COUCEIRO, 2003). A imagem abaixo exemplifica o quanto a população recifense, especialmente os menos favorecidos economicamente, utilizavam os diversos espaços da cidade para o seu divertimento.



Imagem 1: Carnaval de rua, década de 1940.

Fotógrafo: Juventino Gomes

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Desse modo, a rua e as festas populares, sobretudo o Carnaval, tornam-se o lugar de lazer e divertimento. Para Durval Muniz, as festas, sobretudo o reinado de Momo, são espaços de negociação, de tensões, conflitos e alianças e disputas entre diferentes agentes, que se debatem e se conflitam em torno dos sentidos e significados a serem dados à festa, assim como também em torno das práticas que as constituíram, das regras que estabeleceram, permissões e proibições, que definirão limites e fronteiras entre o que pode ser admitido e o que deve ser excluído (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Entre os anos de 1937 a 1945, a festa nos clubes do Recife foi amplamente privilegiada, em detrimento da folia nas ruas. Enquanto que nas ruas da cidade a organização era feita por clubes de alegorias, clubes pedestres, maracatus, caboclinhos, bandas de músicas e grupo de mascarados (FERREIRA, 1986). Segundo Almeida, "A tentativa de reorganizar o Carnaval do Recife na década de 1930, reflete o desejo do Estado e da elite de encontrar uma saída para o reinado de Momo provinciano, que deveria 'civilizar-se'". O jazz foi eleito como o ritmo adequado aos clubes sofisticados da cidade. O frevo passou a ser considerado a "alma mestiça do povo", razão pela qual a descendência branca, europeia, deveria "brincar" o Carnaval sob um ritmo nobre, moderno e civilizado. O frevo era dança de negro que andava pela rua fazendo desordem (ALMEIDA, 2001).

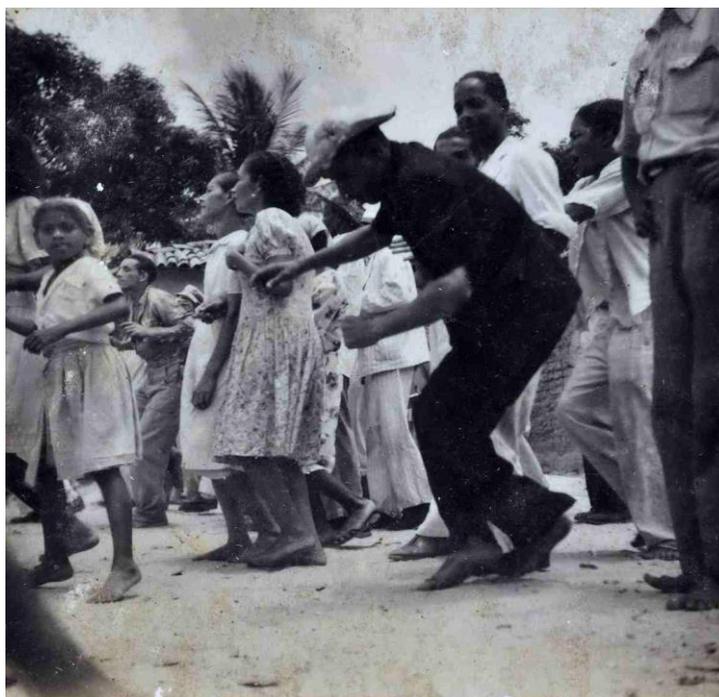


Imagem 2: Folião fazendo o passo durante o Carnaval do Recife na década de 1930. Pela falta de calçamento, tudo indica que era o Carnaval do subúrbio (uma das vilas de Agamenon Magalhães)⁴

Foto: Alezandre Berzin.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Deste modo, a criação Federação Carnavalesca Pernambucana deve ser vista como um dos muitos resultados de institucionalização do Carnaval da cidade e controle do chamado “mostro popular”. Para Lima, as elites locais precisavam ter o controle sobre o reinado de Momo, acabar com a violência; precisavam livrar a urbe dos “perigosos homens negros e pobres”. “Homens e mulheres que dançavam livremente pelas ruas durante os dias dedicados a festa” (LIMA, 2010).

A relação das agremiações com a organização do Carnaval

As linhas aqui escritas vêm corroborar para mostrar que as agremiações, cada uma dentro das suas particularidades, se utilizaram de táticas e estratégias para demonstrar as suas insatisfações com os organizadores da festa. Elas utilizaram o espaço público, ou seja, a rua, para mostrar que o reinado de Momo é a festa da alegria, mas também é um momento de tensões, de conflitos, de disputas e alianças entre diferentes agentes, que se conflitam e se debatem em torno das práticas que as constituíram.

Para o antropólogo Roberto DaMatta, o Carnaval é um tempo tenso, de uma competição na maioria das vezes refeita, que não custa somente dinheiro e suor, mas gera renda e emprego, movimentando a vida de milhares de pessoas. É um tempo

perturbador, o tempo anual ordinário. É durante o Carnaval que as práticas que se dão nos bastidores nos revelam reflexões sobre o reinado de Momo (MATTA, 1979).

Os Carnavais das décadas de 1950 e 1960 foram marcados por uma disputa entre os organizadores da festa e as agremiações carnavalescas. Ao analisarmos os periódicos selecionados nesta pesquisa, percebemos que os jornais foram um dos principais meios de comunicação utilizados pelos brincantes para requerer mais recursos financeiros para que eles pudessem colocar o brinquedo na rua.

Os dirigentes das agremiações carnavalescas ameaçavam, com frequência, não colocar seus clubes, blocos, troças, maracatus e escolas de samba para desfilar, caso as subvenções do estado e do município não fossem liberadas com antecedência. Eles lastimavam a falta de atenção que vinham recebendo dos poderes constituídos, apesar da responsabilidade que tinham em animar o Carnaval Pernambucano.

Art.1º - Caberá ao DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA da Prefeitura Municipal do Recife o encargo de promover e **patrocinar diretamente, os festejos carnavalescos neste Município**, preservando, sobretudo os clubes de frevo, os maracatus, em sua forma primitiva e os clubes de caboclinho.

§ 1º - Serão também, auxiliadas outras organizações carnavalescas que contribuam para a animação e grandeza do Carnaval, **devendo esse auxílio ser de natureza técnica e de ordem financeira.**

§ 3º - Também serão instituídos com aprovação previa do Prefeito e anualmente, concursos de clubes, maracatus, troças, caboclinhos, ursos e escolas de samba que se exibirem durante os festejos carnavalescos bem como de veículos abertos e ornamentados que participarem regularmente do corso (REGULAMENTO..., 27.01.1956, p.6).

A decretação das leis do Carnaval e a “obrigatoriedade” do Departamento de Documentação e Cultura e da Prefeitura do Recife em patrocinar as agremiações não surtiram muito efeito. A crise financeira, ou melhor, o discurso de uma possível crise que a Prefeitura alegava estar passando, fizeram com que, aos poucos, algumas agremiações comesçassem a desaparecer do cenário carnavalesco. Os seus dirigentes alegavam que estavam enfrentando dificuldades financeiras e que estariam com o “nome sujo na praça”. A situação das agremiações tornou-se tão preocupante que a questão da verba foi um tema constante na Câmara Municipal durante as décadas de 1950 e 1960.

Diretores do Clube Vassourinhas estiveram ontem, na Câmara Municipal, solicitando a interferência do vereador Miguel Batista no sentido de a Municipalidade liberar uma verba de 120 mil cruzeiros, destinada àquele popular conjunto carnavalesco.

Informaram os diretores dos Vassourinhas que o referido clube está lutando com grandes dificuldades para sua exibição no carnaval de 1963, em face da pouca ajuda que tem recebido dos poderes públicos. No orçamento do Estado – adiantaram – o referido cordão tem uma verba de 500 mil cruzeiros, porem ao que tudo indica, a mesma não será liberada pelo governador Miguel

Arraes, criando, assim, uma situação difícil para o clube mais querido do Carnaval pernambucano.

Apesar do Carnaval ser uma festa do povo, ao que parece, o sr. Miguel Arraes, não pretende dar nenhuma ajuda aos cordões carnavalescos, muito embora tenha feito mirabolantes promessas durante a sua campanha eleitoral [...] (CARNAVAL ..., 14.02.1963,p.8).

Dessa forma, as críticas ao Carnaval do Recife também foram assunto na Câmara Municipal. Na opinião de alguns vereadores, a falta de planejamento e a politicagem e até mesmo a ausência de honestidade estavam acabando com todas as manifestações culturais da capital pernambucana. Para eles, o Carnaval do Recife se reduzia aos clubes. E o que havia em termos de manifestações culturais capazes de atrair o povo para as ruas a fim de brincar a folia de Momo, estava desaparecendo. Por dois motivos: o primeiro seria a falta de capacidade administrativa para o planejamento, e o segundo era falta de iniciativa para resolver os problemas existentes entre agremiações e governo.

Encontramos diversos registros nos jornais que relatavam o atraso na liberação das verbas, fato que estaria prejudicando agremiações carnavalescas mais tradicionais do Recife como: Vassourinhas, Batutas de São José, Pão duro, Pavão Dourado, Bebés, Batutas da Boa Vista e tantas outras. Uma das estratégias utilizadas por essas agremiações era a promoção de bailes em suas sedes para que pudessem arrecadar dinheiro. Além disso, eles contavam com colaboração dos moradores, comerciantes, dos próprios integrantes, faziam rifas, arrecadavam dinheiro através do famoso livro de ouro e tantas outras táticas.

O Bloco Inocentes do Rosarinho realiza na noite do próximo sábado em sua sede social seu tradicional baile a fantasia, devendo as danças serem iniciadas às 22 horas. A grande orquestra de frevo do simpático grêmio Rosarinho estará a frente das animações executando grandes sucessos da temporada momesca. Não faltará os confetes, às serpentinas, lança perfumes, enquanto os salões do referido bloco apresentará uma interessante ornamentação (CARNAVAL..., 14.02.1963,p.8).

Essas estratégias, criadas por muitas agremiações, permitiam que algumas delas não deixassem de desfilar durante Carnaval. É válido lembrar que as escolas de samba neste período ganharam visibilidade e prestígio junto ao público recifense. Para que o leitor possa entender a força que o samba passa a ter na terra do frevo, citaremos o exemplo do Carnaval de 1959, quando a Escola Gigantes do Samba chegou a colocar na avenida 450 figurantes. Os sambistas utilizavam-se muitas estratégias para atrair o público. Apresentavam exibições altamente atrativas marcadas pela homogeneidade, cadência e unidade dos passos e manobras. Era um verdadeiro espetáculo nas ruas (FIGURAS..., 14.01.1959,p.1).



Imagem 3: Malabaristas da Escola de Samba Estudantes de São José – Recife, 1961

Fotografia: Katarina Real

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Porém, se de um lado o público prestigiava e se encantava com as escolas de samba, os defensores do ritmo genuinamente pernambucano: o frevo, tais como os jornalistas Mário Melo, Anibal Fernandes e o sociólogo e jornalista Gilberto Freyre, defendiam a não participação das escolas de samba no Carnaval do Recife.⁵ Freyre era um grande defensor das tradições pernambucanas, publicou vários artigos no *Jornal do Commercio* e no *Diário de Pernambuco*, chegando a escrever diversos textos sobre a presença do samba que, para ele, representava um perigo de morte para a maior festa recifense: o Carnaval.

[...] Ninguém pretende que se proíba a presença do samba carioca ou do carnaval de Nice ou do de Veneza no carnaval do Recife. Mas não se compreende que se deixe o carnaval pernambucano morrer, na sua principal fonte e perder sua espontaneidade popular, regional, brasileira, para que assim se instale triunfal e maciçamente através do poder do dinheiro ou de proteção oficial, qualquer desses carnavais exóticos, através de um dirigismo de todo o contrário ao espírito de nossa tradição carnavalesca.

O carnaval de Nice é muito bonito na França; o de Veneza, na Itália; o carioca, no Rio. No Recife, matar-se o frevo, o passo, o maracatu, o clube popular, o bloco, a espontaneidade, para quase oficializar-se o samba, a escola de samba, o arremedo ou a caricatura do carnaval carioca, chega a ser crime de traição ao Recife ou a Pernambuco.

A traição ostensiva às tradições mais características de Pernambuco no que se refere a expressões carnavalescas. Um carnaval do Recife em que comecem a predominar escolas de samba ou qualquer outro exotismo dirigido, já não é um carnaval recifense ou pernambucano: é um inexpressível, postiço e até caricaturesco carnaval subcarioca ou sub-isso ou sub-aquilo. De modo que a inesperada predominância, no carnaval desse ano, do samba subcarioca, deve alarmar, inquietar e despertar o brio de todo bom pernambucano.

Se há algum Calabarismo a traír o carnaval do Recife, a favor de um carnaval estranho, que seja o quanto antes dominado este calabarismo. Afinal, como se explica a repentina organização de não sei quantas escolas de samba subcariocas na Cidade do Recife? A que plano obedece tal organização? Com que objetivo ele se está perpetuando? Eleitoralismo disfarçado? Estará havendo politiquice de qualquer espécie através do carnaval? Inocentes úteis estarão em jogo? Ou o colapso da tradição carnavalesca do Recife por simples e passivo furor de imitação do exótico furor tão contrário ao brio recifense (RECIFENSE ..., 27.02.1956,p.1).

A campanha contra o samba era visível nos jornais de circulação. As agremiações tradicionais recifenses se empenhavam para trazer para as ruas uma apresentação impecável, para mostrar que na terra do frevo o samba não poderia ter tanto prestígio e visibilidade.

Citaremos o exemplo do Bloco Batutas de São José, que, ao longo do tempo, “buliçosamente” circulou pelo bairro de São José, sempre acompanhada por seus fiéis batuqueiros, políticos, intelectuais e empregados do comércio que frequentavam sua sede durante todo o ano. Os dirigentes do Bloco utilizavam-se de várias táticas para conseguir recursos e ganhar visibilidade entre os amantes do Carnaval. O maior sucesso comercial do Batutas foi a música *Você sabe lá o que é isso*, de autoria de João Santiago, feita para o Carnaval de 1952 e que ficou conhecida como o hino do bloco:⁶ As músicas carnavalescas foram utilizadas como uma forma de aproximar o povo das agremiações.⁷

Eu quero entrar na folia, meu bem.
Você sabe lá o que é isso?
Batutas de São José, isso é, parece que tem feitiço
Batutas tem atração que ninguém pode resistir
Um frevo desses que faz demais a gente se distinguir
Deixa o frevo rolar
Eu só quero saber
Se você vai ficar
Ai, meu bem, sem você
Ai, não há Carnaval
Vamos cair no passo
E a vida gozar

As agremiações mantinham em sua sede (as que tinham sede) eventos, como o tradicional acerto de marcha e outras festas nos finais de semana, para que assim arrecadassem dinheiro não só para a manutenção da agremiação, mas também para que pudessem custear os gastos com o Carnaval.⁸



Imagem 4: Baile popular na sede da Troça Amante das Flores – 1961

Fotografia: Katarina Real

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Ter uma sede para uma agremiação era algo de suma importância para que as mesmas pudessem custear suas despesas. Entendendo a necessidade de possuir um local próprio, no Carnaval de 1964, o tradicional Clube Vassourinhas não desfilou durante o Carnaval, alegando que não iria participar da festa momesca, pois todo dinheiro arrecadado durante a semana pré-carnavalesca seria gasto para a compra de uma sede.

Consumada, ontem, oficialmente, a ausência do Vassourinhas do carnaval de 1964. Na mesma oportunidade, outras quatro agremiações – Estudantes de São José, Cachorro do Homem Miúdo, Banhistas do Pina e Flôr da Lira – confirmaram a COC que não participarão dos desfiles, este ano, por um único motivo: todas elas tem necessidade, urgente, de construir suas sedes, sem as quais, consoantes a alegação geral, seria impossível sobreviver as agremiações populares só tem renda própria quando sediadas, onde podem sediar bailes (VASSOURINHAS ..., 16.01.1964, p.2).

Desse modo, não podemos dizer que as agremiações não tinham participação na organização do Carnaval de rua. Direta ou indiretamente, eram elas que abrilhantavam o reinado de Momo. Segundo historiador Mário Ribeiro, o Carnaval configura-se em uma festividade em que moradores do subúrbio e trabalhadores dos centros urbanos assumem a condição de artistas anônimos que criam e improvisam suas fantasias e adereços, mesmo passando por dificuldades financeiras.

Do Subúrbio a Passarela

Os bairros e as ruas do Recife transformavam-se nas proximidades do Carnaval. Os moradores uniam-se para confeccionar as fantasias e adereços de suas agremiações.

As casas dos sócios dos blocos e de alguns moradores viravam depósitos para que ali pudessem ser realizados os preparativos da festa, interferindo assim no cotidiano dos bairros. A movimentação dos integrantes das agremiações nas lojas do centro, na casa das bordadeiras e costureiras, para provar suas fantasias, o mutirão da vizinhança nas longas jornadas de trabalho, na colagem dos adereços e adornos e os ensaios entrando pela madrugada, eram exemplos do envolvimento da comunidade nos preparativos.

Os subúrbios do Recife durante as semanas que antecediam a semana carnavalesca, transformavam-se no que Michel de Certeau chama lugar praticado, no qual a rua, geometricamente definida por seu urbanismo, é transformada pelos moradores, esses espaços são modificados pelas ações dos sujeitos históricos (CERTEAU, 2014). Dessa forma, não podemos caracterizar os brincantes e suas agremiações como sujeitos passivos na organização do Carnaval. Embora não estivessem diretamente ligados à organização estrutural da festa, eles reivindicavam e desrespeitam as regras vindas de “cima”. Podemos citar como exemplo o Carnaval de 1961, quando as agremiações deixaram de se apresentar em algumas artérias da cidade, como na Praça da Independência (local onde ficava a passarela da Federação Carnavalesca Pernambucana), pois não acharam conveniente apresentar-se em lugar tão apertado.

Os clubes populares preferiam mais a passarela da prefeitura que o desfile pelas ruas, demasiadamente cheias, sem espaços para as evoluções e exibições que dissessem tudo das fantasias e do ritmo das suas orquestras. O Vassourinhas realizou uma excelente exibição na passarela. “Lavadeiras” e “As Pás” mantiveram a tradição: bonitas fantasias, bom ritmo e porta-estandartes exibindo o que há de melhor em matéria de “passo”. Dos Maracatus, o “Elefante”, tendo à frente a figura de dona Santa, realizou, notável demonstração. Os “Caboclinhos” apresentaram, este ano, Bossa Nova: vieram às ruas montados. Os cavalos e as pinturas atingiram o objetivo, pareciam índios em pé de guerra, ameaçando simbolicamente com seus arcos. As escolas de samba estiveram quase ausentes e o “frevo” não encontrou competidor no samba carioca (RUAS ..., 14.02.1961,p.3).

Não podemos entender as agremiações como submissas às leis e às regras instituídas pelas autoridades policiais e políticas. O que observamos nos jornais é que diante dos poderes econômicos e administrativos “o povo fala”, se articula, cria estratégias perante do poder e das leis (CERTEAU, 2014).

As agremiações carnavalescas eram os elementos principais e mantenedores do Carnaval popular do Recife. A festa que ganhava as ruas era marcada pela transgressão da rotina. Os embates travados no cotidiano, que durante os dias de Momo viram sátiras, são marcadas pelo inusitado, pela rebeldia e o prazer. O Carnaval também é um espaço de disputas acirradas, assinaladas, muitas vezes, pela vaidade. É na festa que o poder simbólico ganha força. Esses símbolos são representados pelos estandartes,

bonecos e por vários elementos que as agremiações carregavam. Segundo o historiador Hugo Menezes:

Os estandartes surgem empinados, cortando o ar, e o som das orquestras vibrantes arrebanham o povaréu proclamando *quem vem lá!* explosão de alegria, vigor e beleza, sentimentos e sensações inerentes ao brincar sem rédeas. Mas nem tudo é harmônico, a onda invade todos os espaços e deixa claro que não veio para perder. Essa onda se chama meu clube, minha troça, minha paixão. A disputa é acirrada e vale um campeonato, um título, honras e reconhecimento. É hora da plateia virar palco e nada vale mais do que o aplauso e o grito de é campeão. Agora estão em jogo outros valores. O orgulho e a vaidade falam mais alto e se mesclam num movimento de disputa e resistência, onde a palavra ceder não abre precedentes, não faz parte desse percurso (LÉLIS; MENEZES, 2010, p.40).



Imagem 5: Desfile do Maracatu Leão Coroado no centro do Recife -1962

Foto: Arnaldo Moreira Pinto

Acervo: DOPS – Arquivo público do Estado de Pernambuco

A dinâmica do Carnaval de rua apresentava algumas particularidades que o diferenciava dos carnavais dos clubes sociais. Os desfiles das agremiações eram feitos pela Avenida Conde da Boa Vista (na década de 1960), em frente ao palanque oficial da Comissão Organizadora do Carnaval, seguindo pela Avenida Guararapes para exibir-se, depois passava em frente ao Quartel General do Frevo (palanque da Associação dos Cronistas) e o da Federação Carnavalesca na Pracinha do Diário. O julgamento dos clubes, blocos, troças, maracatus e escolas de samba era realizado durante o desfile, e o resultado só era conhecido na terça feira de Carnaval.



Imagem 6: Membros da comissão organizadora do Carnaval de 1961 assistindo ao desfile do Carnaval

Fotografia: Katarina Real

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Os responsáveis pela exibição das agremiações carnavalescas deveriam providenciar que estivessem devidamente licenciadas para desfilar pelas ruas da cidade. Todas elas deveriam ter a licença da Secretaria de Segurança Pública que juntamente com a Federação Carnavalesca Pernambucana concedia aos grupos a devida permissão para percorrer pelas ruas do Recife. Do contrário, elas não conseguiriam sair dos seus bairros. Para que fossem “julgadas”, elas deveriam desfilar por todo o percurso da arquibancada da Comissão Organizadora do Carnaval, pois os julgadores ficavam isolados em postos afastados um dos outros (de 40 em 40 metros). Assim, os conjuntos eram obrigados a desfilar, com as orquestras tocando, em toda extensão já mencionada.



Imagem 7: Miguel Arraes de Alencar, prefeito eleito do Recife, assistindo o Carnaval do Palanque da Associação dos Cronistas carnavalescos do Recife – 1960.

Fotógrafo: Pedro de Castro

Acervo: Diário de Associados Press – D.A Press

A iniciativa de construir arquibancadas na Avenida Conde da Boa Vista surgiu no Carnaval da década de 1960 com o intuito de organizar a festa de Momo da cidade. A Comissão Organizadora do Carnaval alegou que ao utilizar a da avenida Conde da Boa Vista as agremiações poderiam fazer uma melhor apresentação juntamente com as suas coreografias, o que seria impossível em ruas estreitas e sem isolamento (CARNAVAL ..., 09.02.1964, p.3).

Dois palanques eram destaques no Carnaval do Recife: o da Associação dos Cronistas Carnavalescos, no Pátio do Paraíso e o da Federação Carnavalesca de Pernambuco, localizado na Praça da Independência. A construção de arquibancadas para que o público pudesse assistir aos desfiles tinha por objetivo transformar o folião em expectador, prática que se tornou comum nos grandes centros urbanos na década de 1960. Para Certeau, na sociedade do espetáculo, o poder econômico transforma as representações coletivas em folclore. Assim como também, aqueles que têm o poder econômico transformam as suas ideologias em espetáculos. Excluem da festa tanto o risco como a criação. O crescimento da “valorização” do cultural transforma o “povo” em “público” e nada mais, além disso (CERTEAU, 1995).

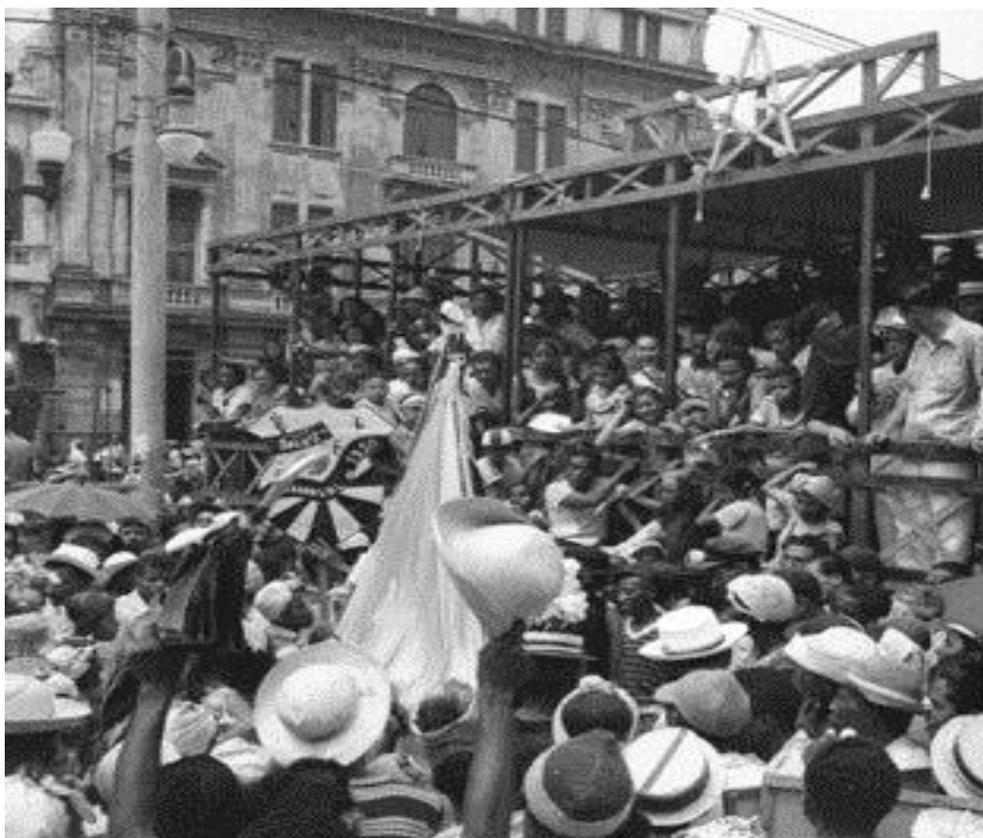


Imagem 8: Aspectos do Carnaval, palanque da Federação Carnavalesca. Praça da Independência-Recife/PE.

Foto: Alexandre Berzin

Acervo: Museu da Cidade do Recife

O Carnaval que ocupava o espaço público também era marcado pela desigualdade social, e, sobretudo, de renda, em que a tradição também era motivo de diferenciação na distribuição dos recursos financeiros. As agremiações recebiam a subvenção paga pela Prefeitura em duas parcelas: a primeira era paga alguns dias antes do Carnaval e a outra não tinha tempo determinado para ser paga, muitos integrantes das agremiações recorriam aos jornais para denunciar o atraso no pagamento da segunda parcela. Além disso, o valor da subvenção para cada agremiação era diferenciado, os grupos com mais de 50 anos de existência eram classificados na categoria “extra” e recebiam um valor maior.

A Prefeitura destinou uma verba de 12 milhões destinou uma verba de 12 milhões de cruzeiros para o Carnaval deste ano: 7 milhões e 200 mil para os clubes, pagos em duas parcelas, sendo a primeira antes e a segunda para depois dos folguedos. **As agremiações classificadas na categoria extra (com mais de 50 anos de existência), receberam 200 mil cruzeiros de ajuda; as de primeira categoria, 170 mil.** Todavia, considero está quota, irrisória, levando em conta que os chamados clubes grandes despendem de 800 a um milhão de cruzeiros somente com orquestra. Esses gastos, não raras vezes levam muitos deles ao desequilíbrio financeiro e quase sempre as dívidas são liquidadas as portas do Carnaval seguinte (CARNAVAL..., 09.02. 1964,p.3).

A justificativa para a falta de equidade na distribuição da verba durante o período momesco era que: “se fazia necessário preservar as agremiações tradicionais do Recife”. Para Eric Hobsbawn, a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização, caracterizado por referir-se ao passado. Para o autor, ele a invenção das tradições são os reflexos das profundas e rápidas transformações sociais da sociedade moderna, pois era preciso consolidar e fortalecer os Estados e conseqüentemente defender interesses pessoais (HOBSBAWN, 2008).

Considerações finais

Desse modo, podemos compreender que nas décadas de 1950 e 1960 o Carnaval configurou-se como um fenômeno que constitui a manifestação do uso de espaços (as ruas centrais e os subúrbios da cidade do Recife), e todas as suas complexidades.

O reinado de Momo exerceu uma função pedagógica, em que valores e condutas precisavam ser moldados a partir de leis que eram instituídas. No entanto o que observamos foi a resistência das agremiações que passaram pelas mais diversas dificuldades: falta de verba, o não reconhecimento como uma agremiação a que abrihantava o Carnaval pernambucano como, por exemplo, as escolas de samba que lutaram por mais espaço na terra frevo. Mesmo diante das mais plurais dificuldades as agremiações souberam utilizar-se de táticas e estratégias para que pudessem continuar no cenário carnavalesco.

A festa que ganhava as ruas incomodava, assustava pelo crescimento rápido, e se fazia presente e atuante nos diferentes espaços sociais do Recife, como uma rede transparente que reveste toda a cidade, interligada por vários pontos de animação. Dessa maneira, foi possível observar nesse período estudado, uma maior preocupação com o Carnaval de rua. Como vimos, a “organização” do Carnaval consolida-se na década de 1930 com a criação da Federação Carnavalesca Pernambucana que, motivada pelo exercício de maior controle sobre o Carnaval de rua da cidade, e, sobretudo das agremiações carnavalescas, inicia um novo capítulo na história do Carnaval do Recife.

Na década de 1950, o Carnaval torna-se uma prioridade política. Fazia-se necessário criar políticas públicas que fossem capazes de “organizar” a festa de Momo assim como também ter um maior controle sobre ele. O que observamos nos periódicos de circulação na cidade foi que a política influenciou nas tomadas de decisão das comissões formadas para organizar o Carnaval. Além disso, as minguadas verbas destinadas à organização do Carnaval eram insuficientes e não davam para custear as

despesas da festa. Tudo isso contribuiu para tornar o Carnaval um espaço de disputas, críticas constantes e insatisfações, porém sem perder a sua alegria e irreverência.

Como observamos o Carnaval envolve interesses políticos, econômicos e sociais. A “festa do riso” é, também o espaço das desavenças e inquietantes interferências no mundo dos adversários, em que as rivalidades afloram. Ele motiva o deslumbramento, dias de constante alegria em que se apaga o cansaço do cotidiano e premia-se os protagonistas da festa. A festa é o momento no qual os políticos conquistam eleitores através dos seus discursos inflamados, e os “suburbanos” mostram sua força e sua capacidade de criação e articulação para fazer Momo reinar.

O Carnaval é esse processo de criação social do espaço que obedece a uma lógica determinada pela existência dos saberes e dos fazeres daqueles que realmente fazem o Carnaval do Recife: clubes, troças, blocos, maracatus e caboclinhos, escolas de samba e os foliões. Sujeitos que se materializam nos estandartes ou no próprio uso do espaço (com os cortejos), mostrando assim a sua existência, os seus valores e a sua influência sobre a vida social e cultural da cidade.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar*. Revista Patrimônio e memória, UNESP-FCLAs-CEDAP, v.7,n.1,pp.134-150, jun.2011.

ANUÁRIO do Carnaval Pernambucano 1938. Recife: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Festas públicas e carnavais: entre o negro e a cultura popular em Pernambuco. In ALMEIDA, Luiz Silva de; CABRAL, Otávio; ARAÚJO, Zezito. (org). *O negro e a construção do Carnaval no Nordeste*. Maceió: Edufal, 1996, p.31-61.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: Máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

CARNAVAL: clube Vassourinhas quer ajuda dos poderes públicos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 de fev. 1963. p.8.

CARNAVAL está mais organizado este ano, declara presidente da COC. *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 de fev.1964. p.3.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FERREIRA, Ascenso. *Ensaio folclóricos*. Recife: secretaria de educação do estado de Pernambuco, 1986.

FERREIRA, Felipe. *O livro de Ouro do Carnaval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

“FIGURAS” na Gigante. *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 de jan. 1959. p.11.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

INOCENTES do Rosarinho. *Diário da Noite*, Recife, 5 de fev.1959.

LÉLIS, Carmem; MENEZES, Hugo. *Lá vem cachorro ! que Troça é essa?* Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife. 2010.

LÉLIS, Carmem; MENEZES, Hugo; NASCIMENTO, Leilane. *B.C.M Batutas de São José*. Recife: Fundação de cultura cidade do Recife.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Entre Pernambuco e a África*. História dos maracatus nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-2000). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vania Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife de nas décadas de 1930 a 1950*. Recife: Editora da UFPE, 2001.

RECIFENSE, sim, subcarioca, não!. *Jornal do Commercio*. Recife, 27 de fev.1956, p.1. II caderno.

REGULAMENTO da lei de oficialização do Carnaval. *Folha da Manhã*. Recife, 27 de jan. 1956.

RICON, Leandro Couto Carreira. *Por uma história social da música: uma metodologia aplicada à produção operística*. Revista História e Cultura, Franca-SP, v.2, n.1, pp. 1-18, 2013.

RUAS super lotadas dificultou a exibição dos clubes populares. *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 de fev .1961.

SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Decretos*, Pernambuco, 1947.

SILVA, Augusto Neves da. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

VASSOURINHAS confirma ausência. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 16 de jan. 1964.

¹ O jornal Folha da Manhã foi criado em 21 de novembro de 1937, seu sócio majoritário era Agamenon Magalhães, interventor do Estado. O Jornal do Commercio foi fundado em 1919 por Francisco Pessoa de Queiroz, o periódico defendia os interesses da classe conservadora. O Diário de Pernambuco foi fundado em 1825 por Antônio José Miranda Falcão, é um dos jornais mais antigos em circulação da América Latina. O Diário da Noite, foi fundado em 1929 pertencia ao grupo dos Diário dos Associados, cujo proprietário era Assis Chateaubrinand. PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife de nas décadas de 1930 a 1950*. Recife: Editora da UFPE, 2001.

² De acordo com o dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, a expressão Momo é inspirada na mitologia grega e romana. No Brasil, este personagem mitológico foi adaptado para as festas carnavalescas, tornando-se um dos principais símbolos do Carnaval. HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

³ Segundo Araújo, o argumento de que Federação Carnavalesca foi criada para organizar os “carnavais de sangue” e organizar a o reinado de Momo são genéricos. As elites locais precisavam se aproximar do povo, discipliná-los, ter o “monstro popular” sobre seu controle. Em resumo, a “alta sociedade” precisava legitimar a ordem pública e fortalecer o seu poder econômico. “Mas, além de tentar promover coesão social e dar vigor à ordem política e social dominante, a Federação tomou a si a tarefa de reelaborar e difundir símbolos da identidade cultural representativos da nacionalidade brasileira dando à questão uma dimensão regional”. ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: Máscaras do tempo: entrada, mascarada e frevo no Carnaval do Recife*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996, p. 57.

⁴ De acordo com o dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, subúrbio é caracterizado como a parte periférica das cidades, carentes de serviços, nos quais o valor da terra é baixo e o transporte, precário, sendo, por isso, seu valor locativo o único acessível às classes menos favorecidas. HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

⁵ Segundo o historiador Augusto Neves, Aníbal Fernandes foi um jornalista do Diário de Pernambuco e durante o processo de oficialização do carnaval do Recife, em 1955, se posicionou ativamente nos jornais contra a inclusão do samba como agremiações que deveriam receber a subvenção dos cofres públicos para apresentar-se nos dias de Momo. SILVA, Augusto Neves da. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970)*. Recife, dissertação de mestrado em história, UFPE, 2011.

⁶ Segundo Ricon, “a música, assim como qualquer outra produção artística, possui uma função historicamente determinada e, em alguns momentos, a sua função acabou por encontrar a necessidade política e social afastando-se, assim, das características que o século XIX propôs: a elevação per se do espírito humano em uma produção intelectualmente superior e global. [...] No mais, devemos mencionar que os autores muitas vezes inserem em suas obras características de percepção social e/ou política de forma indireta ou mesmo inconsciente”. RICON, Leandro Couto Carreira. Por uma história social da música: uma metodologia aplicada à produção operística. *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v.2, n.1, pp. 1- 18, 2013.

⁷ João Santiago foi compositor, cronista, instrumentista e folclorista. Nasceu no Recife em 1928. Na década de 1950 compõe as músicas que se tornaram um dos maiores sucessos do Carnaval recifense: “*Vou com Valdemar*”, e “*sabe lá o que é isso*”. Como o envolvimento com o Bloco Batutas do São José, o bairro de São José inspirou Santiago na composição de diversas marchas: Relembrando o Passado, Convença-se, A Vitória e Nossa, Edite no Cordão, Reminiscência e Micróbio do Frevo. LÉLIS, Carmem; MENEZES, Hugo; NASCIMENTO, Leilane. *B.C.M Batutas de São José*. Recife: Fundação de cultura cidade do Recife.

⁸ As sedes das agremiações carnavalescas, em sua grande maioria, estavam localizadas no subúrbio da cidade do Recife e região metropolitana.